



## **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA SOBRE CIDADANIA NO SISTEMA PRISIONAL**

**Data:** 30 de abril de 2025

**Horário:** 14h00

**Local:** Plataforma virtual e presencial – Sala do GMF/TJAM (Fórum Ministro Henoch Reis)

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, de forma híbrida, realizou-se a 1ª Reunião da Câmara Temática sobre Cidadania no Sistema Prisional do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas. A reunião foi conduzida pelo juiz coordenador da Câmara Temática, Dr. **João Gabriel** Cirelli Medeiros, com participação da juíza Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), Dra. **Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo** e com suporte da assistente técnica estadual do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD), **Luanna Marley**, bem como dos integrantes da Secretaria Executiva do Comitê, **Fernanda Priscilla Pereira Calegare** e **Belchior Marcos Rodrigues**.

Estiveram presentes na reunião os(as) senhores(as): Rafael Feres de Souza Hannah, Procurador do Ministério Público do Trabalho; Zarete Socorro Vaz Pereira, da Pastoral Carcerária; Brenda Katrina Oliveira, da Central Integrada de Alternativas Penais; Fábio Magalhães Candotti, integrante da Frente pelo Desencarceramento no Amazonas; Mário César Filgueiras Gomes, da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas; Keyla Prado, do Departamento de Reintegração Social e Capacitação (DERESC); Kércia Rodrigues, coordenadora do Escritório Social de Manaus; Maria das Graças Soares Prola, da Secretaria Municipal da Mulher Assistência Social e Cidadania - SEMASC e Tales Renan da Silva, da Escola de Administração Penitenciária. Na modalidade remota, estiveram presentes os(as) senhores(as): Kátia Regina Mendes, da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC); Meiry Coelho, Assessora Técnica Territorial da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas no Amazonas; Jeane Leite, Chefe da Divisão Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (DIVRAPS/SEMSA) e Mário Lúcio S. C. Cóvas, Presidente do Conselho da Comunidade de Manaus.



A coordenação apresentou os objetivos do encontro: contextualizar a Câmara de Cidadania no âmbito do plano, apresentar os eixos e medidas já previstas, debater contribuições e apontar estratégias para superar os desafios relacionados ao acesso à cidadania das pessoas privadas de liberdade e egressas, em especial nos temas de educação, trabalho, documentação civil, cultura, participação política e acesso à justiça. Foi reforçada a necessidade de atuação articulada, intersetorial e democrática, a partir dos quatro eixos estratégicos do Plano Pena Justa e a importância do enfrentamento ao racismo institucional como diretriz transversal a todas as ações.

A reunião teve como foco o Eixo 2 e suas interseções com os Eixos 3 e 4, especialmente nos temas relacionados à cidadania das pessoas privadas de liberdade e egressas, envolvendo acesso à educação, trabalho, cultura, documentação civil, política de alimentação, participação política e acesso à justiça. Foram apresentados exemplos de metas e medidas contidas no plano, como a implementação do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas unidades prisionais, a ampliação do acesso à educação formal com superação do analfabetismo, a implementação de módulos educacionais em 100% dos estabelecimentos, e a expansão das atividades laborais com remição de pena e remuneração, com meta de que ao menos 50% das pessoas presas estejam em atividades de trabalho.

Diversos desafios foram debatidos de forma aprofundada, com destaque para: a limitação de espaço físico para a ampliação da educação formal, a ausência de iluminação e ventilação nas celas dificultando a leitura e o estudo, a carência de agentes penitenciários para o deslocamento dos internos até as salas de aula e oficinas, e o número insuficiente de vagas e turnos de ensino compatíveis com a jornada de trabalho dos(as) internos(as).

Foram apresentadas soluções alternativas, como a implantação de ensino apostilado com apoio de mídias educativas e a criação de pavilhões escolares para facilitar a logística educacional, contudo houve questionamentos à estas metodologias, sobretudo devido a importância de garantir um ensino de qualidade e acesso à todos(as) cumprindo seus propósitos de inserir-se no projeto de vida, de valorizar o desenvolvimento e a certificação de competências e de possibilitar a remição da pena pelos estudos. Foi dialogado sobre a valorização da remição de pena por meio do ENEM e do ENCCEJA, a viabilidade de aulas preparatórias para os exames e acerca da necessidade de



concurso público específico para professores do sistema prisional, com perfis adaptados à realidade carcerária.

Outro ponto importante tratado foi a ampliação das atividades laborais com remição e remuneração, garantindo equidade racial e de gênero. Ressaltou-se a necessidade de articulação com o Sistema S e parcerias interinstitucionais, a valorização do trabalho realizado pelos internos e a garantia de documentação formal, como carteiras assinadas e certificados de capacitação. Apontou-se também a importância da articulação com programas de microcrédito e empreendedorismo, com destaque para iniciativas em construção com instituições como a AFEAM e o SEBRAE.

Outro tema central foi o protocolo de soltura. Discutiu-se a urgência de garantir que as pessoas saiam do sistema prisional com documentação civil, auxílio alimentação, vestuário, acesso à mobilidade, encaminhamento para a rede socioassistencial e apoio psicológico e jurídico. Relatos deram conta de que muitas pessoas saem das unidades sem RG, certidões ou comprovantes de escolaridade e de experiência de trabalho. Foi proposta a criação de um protocolo padrão de saída com checklist de documentos e atendimento social, inclusive com a presença de assistente social de plantão, inclusive aos finais de semana.

A necessidade de municipalização da política para egressos foi ressaltada, com incentivo à criação e ativação de escritórios sociais e fundos municipais de políticas penais. Constatou-se que alguns escritórios sociais instalados não estavam funcionando plenamente, a exemplo dos Escritórios Sociais de Maués e São Gabriel da Cachoeira sendo necessário seu reordenamento e monitoramento contínuo.

Por fim, foi tratada a proposta de integração entre as dimensões da educação e do trabalho, a necessidade de parâmetros mínimos para avaliação de ações e a construção de soluções voltadas à realidade amazônica, com atenção especial às unidades do interior do Estado.

Ao final, foram apresentadas as etapas de construção do Plano Pena Justa no Estado, incluindo: (i) elaboração de diagnóstico situacional participativo; (ii) consulta pública online, com versões em línguas indígenas e em espanhol; (iii) realização de audiências públicas regionais; (iv) grupos focais com secretarias; (v) oficinas temáticas; e (vi) sistematização e validação pelo colegiado. Foi enfatizada a importância da participação de todos os setores



envolvidos e a necessidade de apresentação de propostas e sugestões concretas para sistematização até a próxima reunião.

Propostas para o Pena Justa:

### **Educação**

- Garantir remição de pena também pelo ensino informal e preparatórios para o ENEM e o ENCCEJA.
- Incluir no plano a realização de concurso público específico para professores do sistema prisional, com perfil adaptado.
- Prever metas para construção e adequação de salas de aula em todas as unidades.
- Articular parâmetros mínimos para atendimento individualizado, planos pedagógicos adaptados e acessibilidade educacional.
- Criar mecanismos para permitir matrícula contínua ao longo do ano letivo.
- Buscar estratégias para ampliar vagas de ensino em tempo integral e turnos alternativos para internos que trabalham.

### **Trabalho e Renda:**

- Estabelecer parcerias permanentes com o Sistema S e outras entidades formadoras.
- Garantir emissão de certificados de profissionalização a todos os internos que trabalham.
- Criar mecanismos de anotação da experiência na carteira de trabalho.
- Instituir linha de microcrédito especial para egressos, com articulação junto à AFEAM.
- Prever metas para que, ao final do triênio, pelo menos 50% da população prisional esteja inserida em atividades laborais.

Deliberação: Foi acordado que o plano deverá conter medidas específicas para: (i) ampliar as atividades com remição e remuneração; (ii) garantir documentação laboral na saída; (iii) fomentar política estadual de incentivo ao microempreendedorismo de pessoas egressas.

### **Protocolo de Soltura:**



- Criar protocolo estadual de soltura com diretrizes padronizadas.
- Instituir serviço social de plantão nas unidades prisionais para atuação no processo de soltura, após expediente, aos finais de semana e feriado.
- Incluir obrigatoriamente entrega de kit com documentos (certidão, RG, carteira de trabalho, certificados).
- Vincular a saída à realização de entrevista com assistente social e encaminhamento para rede de serviços.
- Formalizar vínculo com Escritórios Sociais nos municípios com estabelecimentos penais.

Deliberação: Ficou acordado que o plano conterà como meta a implantação do Protocolo Estadual de Soltura com Dignidade até o segundo ano de execução, com cronograma para adaptação das unidades prisionais e formação dos profissionais.

#### **Documentação Civil:**

- Criação de checklist obrigatório para envio de documentos com o interno, quando houver transferência ou soltura.
- Articulação com os cartórios para emissão gratuita de segundas vias da documentação.
- Implantação de sistema digital de armazenamento de histórico educacional e laboral.
- Deliberação: A Secretaria Executiva ficou encarregada de incluir os elementos no plano como metas com parâmetros claros de mensuração, vinculados ao Eixo 3.

#### **Escritórios Sociais e Política para Egressos:**

- Prever a expansão para municípios com estabelecimentos penais.
- Incluir meta de reativação de escritórios inativos.
- Garantir funcionamento com equipe mínima (assistente social, psicólogo, coordenador).
- Articular a política para egressos com os fundos municipais de políticas penais.



- Deliberação: Ficou pactuada a meta de funcionamento pleno de sete Escritórios Sociais em municípios com unidades prisionais até o terceiro ano do plano.

Ficou agendada a **2ª Reunião da Câmara Temática de Cidadania para o dia 15 de maio de 2025, às 14h.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião com agradecimentos a todos os presentes.

Manaus-AM, 30 de abril de 2025.

**João Gabriel Cirelli Medeiros**  
Coordenador da Câmara Temática

**Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo**  
Jjuíza Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF)

**Luanna Marley de Oliveira**  
Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

**Fernanda Calegare**  
Secretária do GMF/TJAM



**Belchior Marcos Rodrigues**  
Servidor da SEAP-AM